



Disponível em nosso site: https://sintius.org.br

Projeto isenta de Imposto de Renda a participação nos lucros destinada a empregados

O Projeto de Lei 581/19 isenta os trabalhadores de Imposto de Renda (IR) sobre lucros ou resultados das empresas.

O texto em análise na Câmara dos Deputados altera a Lei de Participação nos Lucros das Empresas para conferir aos empregados o mesmo tratamento fiscal dado a sócios e acionistas no momento da distribuição de lucros ou dividendos.

"Se o resultado da empresa é obtido pela combinação de capital e trabalho e se parte dos lucros é destinada aos trabalhadores, parece claro que o tratamento tributário deve ser, necessariamente, igual àquele dispensado à remuneração do capital", afirmou o autor da proposta, senador Alvaro Dias (Podemos-PR).

"Aquela lei, ao instituir a participação dos empregados nos lucros e resultados da empresa, incorreu em inexplicável injustiça ao determinar a incidência de IR na fonte", criticou Alvaro Dias. "A mudança proposta dará tratamento equitativo entre as parcelas do lucro apropriadas pelo capitalista e pelo trabalhador", disse.

O projeto será analisado pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Depois seguirá para o Plenário.

Saiba mais em: CNTI, quarta-feira 18 de janeiro.

Lula criará grupos de trabalho para aprimorar legislação trabalhista e fixar nova regra para aumento real do salário mínimo

O presidente Lula (PT) anunciará nesta quarta-feira (18), segundo Igor Gadelha, do Metrópoles, a criação de três grupos de trabalho que discutirão e apresentarão propostas para mudanças na legislação trabalhista e uma regra fixa para reajuste do salário mínimo.

Segundo Lula, o objetivo é debater as "transformações no mundo do trabalho". "Hoje recebo centrais sindicais para uma conversa no Palácio do Planalto".

O primeiro grupo será instalado no mesmo dia e tratará do reajuste salarial. Sindicalistas propõem fixar o aumento do salário mínimo baseado no cálculo que leva em consideração a inflação do período mais a média do PIB brasileiro nos últimos dois anos, o que garantiria aumento real para os trabalhadores.

Os outros dois grupos serão montados dentro de 30 dias e discutirão ajustes na legislação trabalhista. Empresários também participarão dos debates.

Uma das equipes elaborará regras para contratação de trabalhadores por aplicativo, garantindo seus direitos. Centrais sindicais destacam a necessidade de garantir a estes profissionais um seguro de vida em caso de acidente.

O outro grupo ficará responsável por elaborar novas regras para a negociação coletiva entre trabalhadores e empresas. "sindicalistas pedem, por exemplo, a volta da homologação trabalhista, quando o processo de demissão é acompanhado por sindicatos e órgãos estatais antes de ser formalizado", conclui a reportagem.

Segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), o valor será definido em conjunto com as centrais sindicais.

Ele, no entanto, sinalizou que a viabilidade de um valor acima dos R\$ 1.302 já em vigor dependerá do cálculo do número de beneficiários do INSS, uma vez que uma parcela grande dos pagamentos previdenciários são indexados ao mínimo.

Saiba mais em: CNTI, quarta-feira 18 de janeiro.

IGP-10 desacelera alta a 0,05% em janeiro com alívio em combustíveis, diz FGV

O Índice Geral de Preços-10 (IGP-10) passou a subir 0,05% em janeiro, contra alta de 0,36% no mês anterior, iniciando o ano com queda nos preços de combustíveis, mostraram dados da Fundação Getulio Vargas (FGV) nesta terça-feira (17).

A expectativa em pesquisa da Reuters era de alta de 0,30%, depois de o índice ter encerrado 2022 com avanço acumulado de 6,08%.

Com o resultado do mês de janeiro, o IGP-10 passou a acumular avanço em 12 meses de 4,27%, menor patamar desde novembro de 2019, quando o IGP-10 acumulava alta de 3,33%.

"Ainda que os preços de importantes commodities estejam em elevação ao produtor, como minério de ferro (11,92%), bovinos (2,40%), café (5,23%) e feijão (10,30%), a queda registrada nos preços dos combustíveis, especialmente gasolina (-5,31%) e diesel (-7,15%), ajudaram a conter o avanço da taxa do índice ao produtor", explicou André Braz, coordenador dos índices de preços.

O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que mede a variação dos preços no atacado e responde por 60% do índice geral, teve recuo de 0,06% em janeiro, depois de subir 0,31% no mês anterior.

Já o Índice de Preços ao Consumidor (IPC-10), que responde por 30% do índice geral, desacelerou a alta a 0,47% no mês, de 0,58% em dezembro.

O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), por sua vez subiu 0,14% no primeiro mês do ano, abaixo da taxa de 0,36% no período anterior.

O IGP-10 calcula os preços ao produtor, consumidor e na construção civil entre os dias 11 do mês anterior e 10 do mês de referência.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 18 de janeiro.

Rede elétrica extensa dificulta ações contra sabotagem e requer inteligência, diz setor

Milhares de quilômetros de linhas de transmissão de energia espalhadas pelo Brasil desafiam empresas e governo a evitar ataques e sabotagens contra a infraestrutura elétrica que surgiram neste ano, em uma onda de ocorrências incomuns para o setor elétrico e que coincidiu com atos golpistas em Brasília.

Especialistas apontam que os cerca de 175 mil quilômetros de linhas de transmissão, cortando principalmente áreas rurais e desertas, são de difícil monitoramento, tornando as torres mais suscetíveis aos ataques. Nesse sentido, defendem a estruturação de uma "inteligência", com participação do governo, para compartilhamento de informações que permitam às empresas se anteciparem a possíveis ataques.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) já registrou sete casos suspeitos de vandalismo em torres de transmissão, envolvendo instalações de empresas como Eletrobras, Taesa e Evoltz e ISA Cteep. Houve queda de quatro torres, sem prejuízo ao fornecimento de energia aos consumidores.

A Polícia Federal investiga se há relação entre esses casos e os atos golpistas que levaram à invasão das sedes dos Três Poderes em 8 de janeiro. Até o momento, não há informações públicas que esclareçam as motivações por trás das ocorrências no setor elétrico, e se houve algum tipo de ação coordenada.

Segundo Mario Miranda, presidente da associação das transmissoras Abrate, ataques a linhas de energia vêm ocorrendo desde dezembro do ano passado, especialmente em Rondônia, mas houve "grande escalada" após 8 de janeiro.

Ele classificou ainda os atos como "sabotagem". "Não é vandalismo, o que houve foi sabotagem mesmo, para derrubar (as linhas). Vandalismo... é normalmente um ato menor, quando se trata de romper estais (cabos) que suportam torres, um ato deliberado para derrubar, aí é sabotagem".

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 18 de janeiro.